



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 147



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

- A contratação dos serviços de engenharia se faz necessário pois a Unidade Básica de Saúde (UBS) Santo Antônio, em São Geraldo, atende uma grande parte da população local, com destaque para a sala de vacinação. A ampliação dessa sala é essencial devido ao aumento da demanda por serviços de saúde causado pelo crescimento populacional, campanhas de vacinação ampliadas, necessidade de adequação aos protocolos de biossegurança evidenciados pela pandemia de COVID-19, e a falta de conforto e privacidade no espaço atual. Investir na ampliação trará benefícios imediatos para a saúde pública, melhorando a qualidade do atendimento e alinhando-se às melhores práticas de biossegurança.

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão.

- A Lei nº 14.133/2021 instrui o Plano de Contratações Anual (PCA) como ferramenta de gestão, visando aprimorar a eficiência e a transparência nas contratações públicas. No entanto, a legislação apresenta certa flexibilidade em sua adoção, não impondo penalidades expressas pela sua não realização. A justificativa jurídica para a não elaboração do PCA pode residir na interpretação do caráter facultativo de algumas de suas disposições, considerando as especificidades de cada ente ou órgão. Isso se deve ao reconhecimento da diversidade estrutural e das diferentes capacidades operacionais entre os entes federativos, que podem enfrentar desafios distintos na implementação integral de todas as novidades trazidas pela lei. Portanto, embora a não elaboração do PCA possa contrariar o espírito de planejamento e eficiência promovido pela Lei nº 14.133/2021, a ausência de uma obrigatoriedade clara e de sanções específicas para tal omissão permite argumentar, em termos jurídicos, que sua realização, embora recomendável, não é estritamente compulsória para todos os órgãos e entidades.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

**Experiência e Especialização:** A empresa contratada deve ter ampla experiência e especialização comprovada em obras de unidades de saúde, especialmente em projetos de construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde.

**Capacidade técnica e Recursos:** Deve dispor de equipe técnica qualificada, equipamentos, ferramentas e infraestrutura necessários para a execução dos serviços descritos, que incluem cobertura, instalações elétricas, mobília, sistemas de climatização, janelas, e outras instalações conforme o memorial descritivo.

**Cumprimento das Normas e Regulamentações:** A empresa deve estar atualizada com todas as normas e regulamentos vigentes relativos a projetos arquitetônicos e de engenharia para unidades de saúde, garantindo a conformidade de todos os serviços prestados.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 147



**Eficiência e Qualidade:** O contratado deve demonstrar a capacidade de concluir o projeto dentro do prazo estabelecido, assegurando padrões elevados de qualidade para garantir que a UBS possa operar plenamente e oferecer atendimento à comunidade.

## 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

**Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

- Os itens relacionados à estimativa de quantidade estão disponíveis na planilha orçamentária anexa ao processo.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**Para atender o inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021,** realizou-se o levantamento de mercado focado na análise comparativa das alternativas disponíveis, considerando os aspectos de convivência, economicidade e eficiência. Esta análise visou identificar a solução com a melhor relação custo-benefício durante o ciclo de vida do objeto. Esta abordagem assegurou que a administração fez uma escolha informada, optando pela solução que verdadeiramente atendeu às necessidades de forma econômica e eficiente, em conformidade com a Lei 14.333/2021.

## 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

- A estimativa de preço está detalhada na planilha orçamentária, utilizando valores fornecidos por fontes oficiais do governo. Os preços foram baseados nos dados da planilha SETOP de agosto 2023 e da SINAPI de julho 2024

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

- Definir claramente o escopo dos serviços necessários, incluindo especificações técnicas e padrões de qualidade. Realizar uma pesquisa de mercado para estabelecer um orçamento fundamentado e competitivo. Preparar meticulosamente o edital, incluindo todos os critérios de seleção, habilitação e julgamento, assegurando transparência e igualdade entre os concorrentes. Divulgar eficazmente o edital, promovendo ampla participação dos potenciais fornecedores. Receber e avaliar as propostas com base em critérios objetivos, visando melhorar o equilíbrio entre preço, qualidade e sustentabilidade. Selecionar o fornecedor que melhor atende às necessidades do município, seguido pela formalização do contrato, respeitando os princípios que regem as contratações públicas.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

- A centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada, irá proporcionar melhor acompanhamento de problemas e soluções, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado e a pluralidade de contratos.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável

- O município busca alcançar resultados que proporcionem à população um espaço de qualidade. O escopo deste documento é a contratação de uma empresa especializada em construção civil e arquitetura para realização da obra de ampliação da sala de vacina da UBS Santo Antônio no município de São Geraldo - MG. Essa obra é essencial para garantir qualidade no atendimento de saúde do município.

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 147



**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

- Não se aplicam

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

- Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realização de contratações futuras para que o objetivo dessa contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

- Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais significativos, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

## 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

- A contratação é considerada adequada para atender as necessidades específicas, baseada em uma análise técnica e econômica detalhada. Garante-se que a opção escolhida oferece melhor relação custo-benefício, alinhando-se aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência, conforme o inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

São Geraldo/MG, 29 de outubro de 2024.

---

Elir Alvim da Silva  
Chefe da Divisão de Obras e Infraestrutura